



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Dependência e Revolução na América Latina: uma introdução ao debate de Agustín Cueva e Ruy Mauro Marini			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Luiz Bugarelli	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Estudante
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O trabalho proposto tem como objetivo resgatar o debate entre o pensamento de Ruy Mauro Marini e Agustín Cueva sobre a dependência latino-americana. Para tanto, faz-se necessária, num primeiro momento, uma análise da conjuntura política e social latino-americana entre as décadas de 1960-70, das possibilidades econômicas e consequentes resignificações do contexto regional da luta de classes. Ambos os autores partem do esforço em compreender a complexidade de nossas formações sociais. Compreensão ascendida à urgência com o desenvolvimento das forças produtivas na América Latina, experimentado no início do século XX pelo processo de industrialização. Nesse intuito Ruy Mauro Marini parte, em a Dialética da Dependência, da seguinte questão: entre o capitalismo clássico e o capitalismo dependente existe uma diferença qualitativa que permita a formulação de leis específicas? A particularidade regional abre, assim, o campo investigativo às interpretações de um modelo de capitalismo sui generis, por Ruy Mauro Marini e a de um capitalismo tout court, por Agustín Cueva, debate pelo qual nos deteremos. Por fim, cabe assinalar que é lugar comum a compreensão da importância de um avanço teórico, que caminhe sob nossas especificidades, a fim de traçar a relação entre a conjuntura interna e a dinâmica capitalista internacional, direcionando as lutas da classe trabalhadora à necessidade de uma transição socialista.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
América Latina, dependência, luta de classes, superexploração do trabalho			
ABSTRACT			
<p>The work proposed aims to rescue the debate between the thought of Ruy Mauro Marini and Agustín Cueva dependence on Latin America. Therefore, it is necessary at first, an analysis of the political and social Latin America between the decades of 1960-70, the economic possibilities and consequent reframes the regional context of class struggle. Both authors begin the effort to understand the complexity of our social formations. Understanding the urgency ascended to the development of productive forces in Latin America, experienced in the early twentieth century the process of industrialization. In order Ruy Mauro Marini part in the Dialectic of Dependency, the following question: between classical capitalism and dependent capitalism there is a qualitative difference that allows the formulation of specific laws? The special regional open, so the investigative field to the interpretations of a sui generis model of capitalism, by Ruy Mauro Marini and of capitalism tout court, by Agustín Cueva, by which we will hold discussions. Finally, it is commonplace to note that understanding the importance of a theoretical advance, walk under our specifications, in order to trace the relationship between the internal situation and international capitalist dynamic, directing the struggles of the working class the need for a transition socialist.</p>			
KEYWORDS			
Latin America, dependency, class warfare, overexploitation of labor			

INTRODUÇÃO

O particular desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina conjura heterogêneas formações sociais. Todas as contradições que engendra transformam-a num palco de grandes antagonismos sociais. Dentre as quais, uma parcela, própria ao sistema capitalista, acopla-

se a outro tanto de contradições transplantadas pelas classes dominantes colonizadoras. A compreensão da particularidade da América Latina, portanto, afirma-se com um grande desafio para os povos nativos em sua luta revolucionária.

O trabalho em questão, de maneira introdutória, propõe o estudo de dois grandes intelectuais da tradição marxista latino-americana, a saber, Agustín Cueva e Ruy Mauro Marini. Ambos, inseridos num amplo contexto de debate entre as problemáticas do *desenvolvimento nacional autônomo*, fortemente vinculado ao Conselho Econômico para a América Latina (CEPAL), e do *imperialismo e dependência*, referenciados por um conjunto de estudos, debates, artigos e obras publicados pelo Centro de Estudos Sócio-econômicos (CESO).

A questão da dependência latino-americana e a luta revolucionária de seus povos estão imbricadas numa relação dialética, antagônica, conflituosa e emergente. Assumimos como ponto de partida o interstício histórico entre 1960 e 1970, o qual, lança à inquietação uma série de fatos, de categorias e leis singularmente universais, coadunadas nas formulações que aqui abordamos. O desejo de reorientar a interpretação da realidade latino-americana, e assim, conduzir ao êxito as lutas da classe trabalhadora, conduz Agustín Cueva e Ruy Mauro Marini a um criterioso exercício materialista-dialético ao longo de suas vidas, em cada uma de suas obras. A particularidade regional abrirá, assim, o campo investigativo às interpretações de um modelo capitalismo *tout court*, por Agustín Cueva, e a de um capitalismo *sui generis*, por Ruy Mauro Marini. Duas interpretações que por fim convergem na urgência da luta revolucionária socialista como única saída para a classe trabalhadora latino-americana – o que pretendemos demonstrar a partir da construção teórica de cada autor. Parafraseando Rosa de Luxemburgo, caberia à América Latina apenas: *revolução ou dependência* – o que aqui se objetiva como uma face das mais cruéis da ordem capitalista, ao lado de todas as outras demais formações sociais de capitalismo dependente.

1. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA: POR UMA FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA DE SUA ORIGEM

Os elementos históricos fundamentais à construção do debate da dependência na América Latina encontram-se diluídos pelos primeiros cinquenta anos do século XX. As décadas de 1920-30, por exemplo, marcam um momento de grande transformação econômica para a América Latina, graças ao processo de industrialização que ali se instituiu. Cabe destaque também todos os desdobramentos internacionais e regionais que culminaram na criação do Conselho Econômico para

a América Latina (CEPAL) em 1947 na Assembléia Geral das Nações Unidas. E a partir disso, demonstrar, em linhas gerais, a relação da instituição da CEPAL com a consolidação do imperialismo norte-americano.

Passemos rapidamente, portanto, pelas primeiras décadas do século XX e os principais acontecimentos internacionais e regionais que permitirão compreender o solo histórico pelo qual surge a teoria da dependência.

A crise de 1929 somada aos vestígios da Primeira Guerra Mundial assinala a transição no cenário internacional das forças hegemônicas no mercado mundial. Por um lado, tem-se o total declínio da Inglaterra como principal força econômica capitalista e do outro, a emergência dos Estados Unidos como a nova potência imperialista internacional. Com o desfecho da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos sai como a grande nação vencedora dos conflitos, fortalecida econômica e politicamente, garantindo a sua hegemonia no cenário internacional. Não é objetivo deste trabalho adentrar nos melindres do momento histórico em questão, mas apenas demarcar a sucessão dos fatos que conduzem à criação do conselho econômico latino-americano.

Em 1944 com Conselho de Bretton Woods, fica clara a função almejada pelos Estados Unidos no sistema capitalista internacional. Mesmo com os ferrenhos embates entre a Inglaterra e os Estados Unidos pelas distintas proposições defendidas, a primeira, não mais usufruía de soberania política e econômica para impor suas diretrizes para o conjunto dos demais países. Afinal, não era objetivo de Bretton Woods reorganizar a economia mundial, assolada pelas duas grandes guerras e pela crise de 1929, sob comando inglês. O objetivo, que em certa medida condiz com anterior, distinguia-se somente no que tange à força condutora, vejamos: caberia ao conselho criar um plano de ordem econômica para o pós-guerra sob o comando da nação economicamente mais fortalecida, o que entrelinhas direcionava aos Estados Unidos o comando internacional (MOFFITT, 1987). Algumas das principais deliberações do episódio foram: a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o então conhecido Banco Mundial. A função do primeiro órgão seria a de policiar o comércio e as práticas monetárias dos seus países-membros e o segundo financiar a reconstrução da Europa – avassalada pelo último conflito internacional. O acesso ao crédito do BIRD seria prioritariamente as nações assoladas pela Segunda Guerra Mundial, e a todas as nações economicamente instabilizadas, entretanto, somente o fariam se tornassem membros do FMI, obedientes a todas as diretrizes, metas e acordos fixados (MOFFITT, 1987). Outro fato importante, que demarca a importância do Conselho de Bretton Woods para a compreensão da consolidação jurídica e institucional dos Estados Unidos como grande potência imperialista é o declínio do padrão-ouro e o estabelecimento

de um novo padrão monetário internacional, no qual, o dólar tornar-se-ia o equivalente geral do metal precioso, nomeando-o, portanto, como o padrão dólar-ouro. Em Bretton Woods os Estados Unidos decreta o seu domínio, o que em outros termos, traduz-se pela emergência desta nova força imperialista na economia mundial em condição hegemônica de poder.

A CEPAL surge nesse contexto histórico. A criação do conselho partia do intuito de garantir nas regiões dependentes o enrijecimento do controle da nova potência. Assumiria, portanto, a função, no plano ideológico, de legitimar os mecanismos de controle social internacionais, o que em outros termos se traduz pela construção de uma cadeia explicativa à causa dos principais problemas sociais da região, do seu estado de subdesenvolvimento, naturalizando a inevitável progressão do desenvolvimento econômico no seio das sociedades capitalistas. Entretanto, a postura teórica do conselho é distinta. O pensamento cepalino assume uma identidade nacional-desenvolvimentista (BAMBIRRA, 1977). Mediante isso, vários foram os esforços da CEPAL em apontar o caminho para desenvolvimento latino-americano, pressupondo a peculiaridade de sua atual conjuntura de subdesenvolvimento. Em linhas gerais, esta era a constatação mestra que direcionou os trabalhos nas décadas seguintes à sua fundação: *o subdesenvolvimento, não entendido como etapa histórica, mas como condição estrutural, coadunava com as arcaicas formas produtivas do setor agrário e com a tradição econômica fundada na monocultura e na força de trabalho escrava* (MARINI, 2010). A superação do subdesenvolvimento viria, portanto, de um conjunto de políticas públicas que reorientassem o processo produtivo local priorizando o fortalecimento da indústria, nacionalmente estabelecida, mediante um criterioso programa de substituição de suas importações (BIELSCHOWSKY, 2000).

A análise pautada pelos Partidos Comunistas da América Latina não fugiam à interpretação cepalina nacional-desenvolvimentista. Pautados numa estratégia socialista defendiam que necessariamente, as várias formações regionais, precisavam passar por suas revoluções democrático-burguesas, eliminando todos os traços pré-capitalistas que hegemonicamente se afirmavam no seu cotidiano. Os elementos pré-capitalistas se identificam com os mesmos que condicionavam ao subdesenvolvimento local. A revolução socialista para o momento era impensável aos partidos, as bandeiras econômicas suscitadas objetivavam o fortalecimento do modo de produção capitalista em cada país latino-americano, a fim de constituir e se fortalecer o proletariado do subcontinente. À luz de grandes esquemas analíticos, etapistas e dogmáticos (BAMBIRRA, 1977) a realidade regional sofria, na sua interpretação, severas mutilações. O que afirma Leandro Konder no trecho a seguir, ao tratar do caso argentino.

A esquerda defendia o princípio da luta de classes, que estava sendo abandonado pela direita, mas defendia-o como dogma doutrinário, sem avançar no conhecimento e na avaliação realista de suas formas particulares, mediatizadas; e por isso também não conseguiu influir sobre o curso da luta de classes com maior eficácia política. (KONDER, 2009, p.94)

O debate nacional-desenvolvimentista latino-americano, pautado pela CEPAL ou pelos Partidos Comunistas, em suas revoluções democrático-burguesas, avança como em nenhuma outra região do globo. Um esforço analítico tardio ao momento econômico da expansão produtiva ocorrido pela abertura de frentes externas ou através da dinamização do mercado interno, vivenciado entre os anos de 1920 e 1930 (MARINI, 2010). A América Latina passou por um intenso processo de organização e regulamentação do trabalho assalariado, conseqüentemente, de uma redistribuição da renda e de desenvolvimento de suas forças produtivas; os casos mais expressivos foram o do Brasil, da Argentina, do Chile e México. Dentre esses, cabe destaque os avanços capitalistas nos governos Juan Domingo Perón, na Argentina e Getúlio Vargas, no Brasil. O outro caso é o do Chile que entre 1929 e 1937 experimentou a sua “Magnitude do processo substitutivo”, com um percentual de 19,4%, superior três vezes ao do México de 5,7% e do Brasil de 4,4% (CUEVA, 1897).

O ciclo expansivo, experimentado nos primeiros cinquenta anos do século XX, se reverteu num longo período de recessão para essas economias, em sua outra metade; o que evidencia os limites de um projeto nacional-desenvolvimentista e a condição estrutural dessas formações sociais no mercado mundial. A partir de 1950 as economias latino-americanas sofrerão um intenso processo de descapitalização. Golpes militares se desencadearam por todo o continente, o primeiro no Brasil (1964), seguido pelo na Argentina (1966), Peru e Panamá (1968), Uruguai e Chile (1973), etc.. O período é de grande instabilidade econômica, assinalando a vultosa crise que os anos de 1970 guardavam para a economia mundial.

Os sucessivos golpes de Estado somados à inviabilidade de um *desenvolvimento nacional autônomo* para a região, garantia à burguesia latino-americana a condição de sócia menor do capital estrangeiro – fortemente aplicado nos setores estratégicos pela forma de investimento direto estrangeiro (IDE). Os anos subsequentes a 1950 representavam, portanto, à classe trabalhadora uma severa restrição de vários direitos trabalhistas, minimamente adquiridos no período anterior, e uma depreciação real do salário mínimo. A precarização das condições de vida para a classe trabalhadora, portanto, a conduziu a lutas massivas em diversos dos seus países.

A conjuntura implicou às interpretações cepalinas e à estratégia/tática dos Partidos Comunistas validade histórica e estrutural. Nesse contexto surge a teoria da dependência como principal esforço teórico de contraposição às interpretações anteriores e hegemônicas no território (MARINI, 2010). Esta propõe à classe trabalhadora e à teoria social latino-americana uma nova análise, na qual, a particularidade regional é eixo estruturante de todo o arcabouço teórico. Retoma o que José Carlos Mariátegui propunha, a saber: o estudo da particularidade das economias dependentes latino-americanas, de sua função, de sua atuação no mercado mundial e da estrutura social que as relações econômicas objetivavam a partir de sua subordinação às forças capitalistas estrangeiras (LÖWY, 1998). Um debate que influenciou, durante o final da década de 60 e início dos anos 70, uma série de lutas populares, como a Unidade Popular no Chile e a uma reorientação de vários desses partidos comunistas sobre sua interpretação da realidade local e de sua estratégia de luta. Sumariamente, a teoria da dependência se propõe a estudar a condição de dependência, ou seja, a forma, pela qual, o capitalismo na América Latina se desenvolve assim como sobre o conjunto de contradições implícitas e herdadas de outras formações sociais e modos de produção, de sua luta socialista no continente, e com isso, desmistificar a possibilidade de um *desenvolvimento nacional autônomo* (BAMBIRRA, 1977). E como dependência, afirma ser Theotônio dos Santos:

[...] uma situação na qual um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e autoimpulsionar-se, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo desta expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes. (DOS SANTOS, 1978, p.305)

Essa interdependência, tratada pelo autor, refere-se à própria dinâmica assumida entre os vários países no modo de produção capitalista. Países dominantes e países dependentes envolvidos numa série de relações econômicas, nas quais, o capital dita um conjunto de contradições para cada um dos países inseridos, e os mantêm sob o seu crescente ditame expansivo. Certo que aos países dependentes caber-se-á sempre a menor parcela, como anteriormente tratamos, dos grandes montantes de capital internacionalmente acumulados, e parcela vultosa para as mais antagônicas e severas contradições sociais do modo de produção capitalista. Ruy Mauro Marini em *Subdesenvolvimento e Revolução* fortalece logo ao início do texto a condição histórico-estrutural das formações sociais latino-americanas e aconselha o seu estudo, com critério de indispensável

para a compreensão do sistema capitalista e de suas perspectivas; por outro lado, ratifica a necessidade de compreender-se os mecanismos que caracterizam a *economia capitalista mundial*, por um rigor dialético, propõe examinar a interação entre as esferas do universal e particular. Veja a seguir:

A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Seu estudo é indispensável para quem deseja compreender a situação que enfrenta atualmente este sistema e as perspectivas que a ele se abrem. Por outro lado, só a compreensão segura da evolução e dos mecanismos que caracterizam a economia capitalista mundial proporciona o quadro adequado para situar e analisar a problemática da América Latina. (MARINI, 1998, p.113)

Por isso este texto propõe o estudo da teoria da dependência, mais especificamente de dois textos de Ruy Mauro Marini, consagradas no debate, a saber, *Dialética da Dependência* (2005) e *Subdesenvolvimento e Revolução* (1998). Figura entre os principais intelectuais da teoria da dependência o próprio Ruy Mauro Marini, além do Theotônio dos Santos, a Vânia Bambirra e o André Gunder Frank.

Inúmeras críticas surgiram à teoria da dependência. Interessa-nos, nesse trabalho, a crítica marxiana, exclusivamente, a de Agustín Cueva. Crítica que parte do esforço em apontar os limites e problemas desse complexo teórico, o que será, para Vânia Bambirra (1977), um dos mais sérios intentos. Nesse sentido escreve o texto, *Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia* (1974), no qual, atacará diretamente as formulações dependentistas. Abre, assim, um campo de discussão que conduzirá à resposta de Vânia Bambirra, em *Teoría de la dependencia: una anticrítica* (1977). Agustín, no mesmo ano, publicará sua obra, *El desarrollo del capitalismo en la América Latina* (1977), desenvolvendo nesta, uma análise que se diferencia em vários aspectos dos propostos pela teoria da dependência, sobre a dinâmica capitalista na América Latina. Neste debate, entre Agustín Cueva e Vânia Bambirra, interessa ao artigo em questão a interlocução que o fazem com a obra do Ruy Mauro Marini.

As principais obras a serem estudadas de Agustín Cueva serão: *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*, em sua versão traduzida ao português de 1983 e *Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia* (1973).

Este debate extrapola a problemática da relação entre as nações subordinadas e o centro imperialista, imbrica, de maneira peculiar sobre as formações sociais pré-existentes, um conjunto de

contradições – evidenciado pelos notáveis problemas sociais, regionalmente verificados – que indicam à retomada do pensamento marxista latino-americano e do seu método materialista-dialético. Em outros termos, a particularidade latino-americana é central no que representou as formulações da teoria da dependência para o avanço da revolução na região e o continua a ser.

2. A AMÉRICA LATINA E O CAPITALISMO SUI GENERIS NA OBRA DE RUY MAURO MARINI

A grande questão que permeará a sua principal obra, *Dialética da Dependência*, a qual, mesmo com toda riqueza analítica, não passava, apenas, de um esboço para futuros trabalhos sobre a realidade latino-americana, seria a de que se entre o capitalismo clássico e o capitalismo dependente existiria uma diferença qualitativa que permita a formulação de leis específicas para cada caso?

O autor parte dos seguintes pressupostos analíticos que referenciam dois grandes equívocos interpretativos no que se refere à realidade latino-americana: o primeiro, que se refere à substituição do concreto pelo abstrato em nome de um marxismo ortodoxo, e o segundo, à “adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura” (MARINI, 2005), causado, majoritariamente, pelo ecletismo metodológico. Destaca assim a importância de um estudo rigorosamente direcionado pelo método dialético, retratando o que na história concretamente se firmou e sensível às singularidades de cada formação, o que permitiria em certa medida a construção de novas categorias que dêem conta dessas conjunturas não-clássicas. Avançando um pouco mais, o autor lança as bases fundamentais para a questão anteriormente elencada no trecho:

[...] a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras – nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações. Não é acidental portanto a recorrência nos estudos sobre a América Latina a noção de “pré-capitalismo”. O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem em um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (MARINI, 2005, p.138)

O estudo do capitalismo dependente passa inevitavelmente pelas formas sociais mais simples que a constituem, as quais carregam de maneira não desenvolvida as formas mais complexas. Estudar a realidade da América Latina parte da captura dos elementos fundamentais que sustenta toda dinâmica socialmente constituída.

A dinâmica de acumulação de capital nas economias dependentes para Ruy Mauro Marini é regida, predominantemente, pelo nível de capital-intensidade em operação, ou seja, a intensidade pela qual o trabalhador é explorado. A exploração do trabalho na periferia capitalista ascende à centralidade, como o é também em toda conjuntura capitalista, mas cabe aqui destaque pela intensidade do nível de sua exploração. Esta permite a compreensão das formas pelas quais o capital global encontra nestas a possibilidade de expandir-se. Marini sintetiza este quadro espoliativo na categoria da *superexploração do trabalho*, forma pela qual “se configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva” (MARINI, 2005). O autor elenca, assim, três mecanismos sobre os quais irão operar a superexploração do trabalho, sendo:

- (i) a intensificação do trabalho;
- (ii) o aumento da jornada de trabalho; e
- (iii) a expropriação da parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho.

A superexploração do trabalho assume, concomitantemente à função exercida no mercado mundial pelas sociedades de capitalismo dependente, a fim de compensar todo desfalque ocasionado pelas desfavoráveis relações internacionais, submetidas aos ditames imperialistas. Na análise de Marini (2005), existem três momentos distintos na economia regional, que marcam mudanças qualitativas na dinâmica de acumulação de capital interna e externamente.

Num primeiro momento, que remete à própria gênese dessas sociedades no século XVI, e a forma embrionária do modo de produção capitalista, pelo capital comercial e usurário, encontraremos uma grande colônia européia, onde sua estrutura produtiva é voltada exclusivamente ao mercado de suas metrópoles, ou seja, estaria alinhada desde a sua fundação a interesses totalmente estranhos a si. Todo ciclo extrativo somado à produção primária voltada para o mercado externo permitiria a drenagem de grande parte de toda riqueza local às metrópoles: portuguesa e espanhola; e destas aos grandes centros europeus. Os exorbitantes valores entesourados graças ao

controle desses territórios funcionariam, posteriormente, como capital originário no modo de produção capitalista – a garantia material pela qual se expandiria o capital em sua forma industrial¹.

A proclamação da independência dos vários países marca um segundo momento na história desses povos. Caracterizado principalmente pela inserção na Divisão Internacional do Trabalho. Exportadores de alimentos e matérias-primas, lança no mercado mundial uma série de mercadorias, que baratearão a cesta de consumo da classe trabalhadora, isto por conta dos reduzidos preços que os produtos de natureza primária alcançam em detrimento dos manufaturados, forçando assim a uma redução, nos países industriais, do nível salarial. A taxa média dos lucros, dada a sua tendência de declínio, é forçada pela redução da cesta básica da classe trabalhadora para cima novamente. As economias latino-americanas atuam no marco da contratendência à queda tendencial da taxa de lucro, seja pela sua inserção no mercado mundial ou pela inserção do capital estrangeiro em suas relações de produção. Procurando, pelas formas de Investimento Direto Estrangeiro, melhores condições para produzir, em outros termos, na corrida pelos superlucros procura mercados de força de trabalho barato e matérias-primas baratas, além das inúmeras proteções jurídicas e de subsídios que muitos dos governos locais procuraram garantir, a fim de atrair o interesse dos grandes investimentos internacionais.

As implicações sobre a classe trabalhadora na América Latina, sob o limiar das frentes hegemônicas capitalistas, somada aos enclaves econômicos criado pela lógica exportadora, com a separação espacial, do momento da produção e o da circulação, dificultando o desenvolvimento de um mercado interno, se traduzem numa maior exploração da força de trabalho disponível e em uma incapacidade de atender minimamente as carências e necessidades do trabalhador². Sobre essa questão, declara Marini:

Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este se reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. (MARINI, 2005, p.164)

¹ O desenvolvimento do capital industrial tem como marco principal o surgimento da Grande Indústria, pela Revolução Industrial (1776-1830) na Inglaterra.

² Sobre o debate do trabalho ver Trabalho e sujeito revolucionário: classe operária, Sérgio Lessa (2008).

O nível de desenvolvimento internacional das forças produtivas, somada a todos os meios pelos quais o capital evocará para sua valorização, encontra no capitalismo dependente as condições necessárias para acentuar as contradições próprias da relação capital/ trabalho, afirmando, pela exploração do trabalho, a subsunção da lei do valor à sua lei geral de acumulação.

Por fim, entre 1930 a 1970, ter-se-á o terceiro momento de mudança qualitativa nas relações de dependência na América Latina. Num contexto marcado por duas Guerras mundiais, intermediadas pela crise de 1929, o eixo de acumulação volta-se para o mercado interno, para a indústria, dando origem à *moderna economia industrial* (MARINI, 2005). É neste momento que se evidencia a impossibilidade do projeto de desenvolvimento nacional autônomo, o que levará setores da classe burguesa que até o momento defendiam bandeiras progressistas a abandoná-las e a entregar-se à condição de sócia menor do grande capital internacional. Toda a história capitalista latino-americana implicou aos trabalhadores a associação das formas absoluta e relativa de extração de mais-valia elevada à sua máxima intensidade. O domínio imperialista impunha à classe dominante nativa e às formas de capital estrangeiro que diretamente exploravam os trabalhadores na região condições de vida inferiores às humanamente dignas, lançando setores desses à miséria e indigência. A condição extrema de exploração direciona os trabalhadores “para a substituição do atual sistema de produção por outro que permita a plena expansão das forças produtivas e que redunde numa elevação efetiva dos níveis de trabalho e de consumo, isto é, o sistema socialista” (MARINI, 1998).

3. AGUSTÍN CUEVA E O CAPITALISMO TOUT COURT LATINO-AMERICANO

Agustín Cueva, sociólogo equatoriano, divide a sua produção acadêmica em duas partes, na primeira analisa a cultura e a política no Equador e na segunda estuda a América Latina (PRADO, 1992). Os estudos sobre o continente latino-americano iniciam-se em 1967 em *Entre la ira y la esperanza*, seguida pelas obras: *El processo de dominación política en el Elcuador*, de 1972, *Problemas y perspectivas de la teoría de la dependência*, de 1973, *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*, de 1977, *Teoria social y procesos políticos en América Latina*, de 1979, *Tempos Conservadores*, publicado no ano de 1987, dentre outros.

Não cabe aqui uma profunda análise de sua obra completa, mas sim uma introdução ao seu legado a partir da obra, que dentre essas toma grande vulto no subcontinente latino-americano, *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. Segundo Maria Lígia Coelho Prado o autor foi inspirado pela experiência andina, na Serra equatoriana, na qual:

[...] as relações de trabalho mantêm, ainda neste século, algumas formas bastante tradicionais de organização. Assim, pode-se entender melhor sua utilização do conceito de acumulação primitiva do capital, aplicado às sociedades latino-americanas. Sua interpretação traz implícita uma crítica à teoria da dependência, mas combina perfeitamente com a valorização do conceito de imperialismo e com a insistência na temática da luta de classes. À época de sua publicação, constituiu um livro estimulante, que despertou polêmicas, produziu defensores e críticos ardorosos e influenciou em muitas interpretações historiográficas. (PRADO, 1992, p.2)

Continua,

Agustín Cueva acreditava no intelectual engajado politicamente e que pretendia, com seu trabalho, contribuir para a causa do socialismo, pois este era, na sua visão, a melhor solução para os problemas sociais e econômicos latino-americanos. (PRADO, 1992, p.3)

Em sua obra *Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia*, anterior à em questão, tenciona os postulados teóricos dependentistas. Basicamente tece uma crítica severa aos autores: André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso. Não cita, nessa obra, outra grande intelectual da teoria da dependência a Vania Bambirra que já dotava de publicações importantíssimas dentro do debate, como *El capitalismo dependiente latinoamericano* (1972), *Diez años de insurrección en América Latina* (1971) e *La revolución cubana: una reinterpretación* (1973). A cita rapidamente, apenas, em sua obra *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*, quando trata das economias de enclave. A severa crítica de 1973 se dilui na obra de 1977, na qual, Agustín Cueva propõe uma interpretação do capitalismo latino-americano que se diferencia, em vários aspectos, do elucidado pelos teóricos da dependência. Afirma a emergência de um novo pensamento na América Latina e que está em vias de superação positiva da teoria da dependência. Afinal, que pensamento seria este? Questiona Vania Bambirra (1977), pois o autor em nenhum momento sinaliza o caminho positivo de superação do debate. Diante disso suscito uma nova questão: Seria sua formulação em *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*, o novo caminho, positivo, de superação da teoria da dependência? Qualquer resposta não passaria à especulação, pois o autor em nenhum momento a demonstra. O que aqui importa é sua descrição do capitalismo, a forma pela qual se desenvolve nas formações sociais latino-americanas.

Logo no primeiro parágrafo do capítulo de *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina* afirma:

Em seu ensaio intitulado *Dialéctica de la dependência*, Ruy Mauro Marini afirma que “não é porque se cometeram abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis; porque eram débeis é que se abusou delas”. Esta afirmação contém uma grande dose de verdade, mas com a condição de ser dialetizada e precisada. (CUEVA, 1987, p.23)

Justifica,

Dialetizada, para não perder de vista a essência do subdesenvolvimento, que não é outra coisa senão o resultado de um processo no qual as burguesias dos estados mais poderosos abusam das nações economicamente débeis, aproveitando exatamente essa condição, uma vez que esses abusos perpetuam e até aprofundam tal debilidade, reproduzindo em escala ampliada, ainda que em modalidades variantes, os mecanismos básicos de exploração e dominação. (CUEVA, 1987, p.23)

Fica evidente o intuito de superação da teoria da dependência pelos seus principais interlocutores, e também de identificar no plano ontológico as determinações que constituem e pelas quais se transformam as sociedades subdesenvolvidas latino-americanas. Para Agustin Cueva os abusos econômicos que sofre a América Latina não se circunscrevem apenas à condição de debilidade, mas sim entre o ser débil e a atuação das burguesias dos estados mais poderosos, numa constante reprodução ampliada dos mecanismos de exploração e dominação. Essa seria a essência do seu subdesenvolvimento.

A reprodução ampliada dos mecanismos de exploração e dominação insere-se no conjunto de mediações que compõe a lei de desenvolvimento desigual das contradições do capitalismo. Prezada é a questão da particularidade e unicidade histórica, em outros termos, a relação entre o desenvolvimento específico e as leis universais do modo de produção capitalista, que não se manifesta em seu estado puro. O resultado impuro, específico na América Latina revela-se, para Agustin Cueva, na delimitação de ilhas capitalistas por todo o seu território. A tendência, com o desenvolvimento das relações de produção capitalista, seria a expansão dessas ilhas avançando sob regiões até então hegemonicamente constituídas por formações sociais pré-capitalistas. Numa

articulação dos vários modos de produção. Tal capitalismo não seria implantado por uma revolução democrático-burguesa, mas subordinado ao imperialismo.

Desenvolver o capitalismo significa desenvolver um conjunto de contradições que lhe são inerente nas mais diversas formas; e América Latina representa uma de suas mais extremas realizações. Todos os males que caem sobre os trabalhadores nativos, a partir dessa perspectiva de desenvolvimento, que é enriquecida pela mediação da luta de classes e não se limita, apenas, ao campo do avanço das forças produtivas, une àqueles próprios do modo de produção capitalista aos que procedem da ausência desse desenvolvimento. Uma acumulação de contradições particulares, parte do atual sistema, parte herdada das antigas formas de organização sociais, garantem a singularidade do que na América Latina se desenvolve.

Retomando o conceito de debilidade, mais especificamente o de debilidade inicial, que para o autor seria sinônimo de sua herança colonial. As condições objetivas herdadas do período colonial garantiriam à América Latina uma inserção no sistema capitalista mundial nas seguintes condições:

[...] a plena incorporação da América Latina ao sistema capitalista mundial, quando este alcança seu estágio imperialista no último terço do século XIX, não ocorre a partir de um vazio, e sim sobre a base de uma matriz econômico-social preexistente, ela mesma moldada em estreita conexão com o capitalismo europeu e norte-americano em sua fase protoimperialista. (CUEVA, 1987, p.23)

Esta matriz econômico-social preexistente ou a estrutura econômico-social pela qual avança o capitalismo caracteriza-se pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas e pela natureza escravista ou servil das relações de trabalho. Se todo o período colonial, numa perspectiva internacional, identifica-se com algo, este algo seria o momento de Acumulação Primitiva, como já constatara Karl Marx ao sobre A chamada acumulação primitiva, na vigésima quarta parte do livro I de O Capital.

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 1985, p.285)

A acumulação primitiva de capital nos grandes centros implicava à América Latina um intenso processo de desacumulação. Ficava assim impossibilitada de acumular internamente, pela drenagem constante de seus recursos e condicionando a um retardado avanço das forças produtivas e relações de produção nos moldes capitalista. Entretanto, aponta para o nível de concentração de terras e a abolição da escravatura como elementos essenciais à acumulação primitiva latino-americana, que acontece no último terço do século XIX.

Também é nesse período que afirma acontecer o desenvolvimento propriamente capitalista, sob o domínio ainda das estruturas pré-capitalistas do setor agrário e do capital comercial e usurário – formas antidiluvianas de capital, calcados numa reprodução simples do mesmo. Industrializar as nações nessa conjuntura implicada ao Estado atuar diretamente por um projeto de substituição das importações, que servisse primeiramente ao mercado interno. Como as condições de operação interna implicavam radicais mudanças nas relações de produção e estas só poderiam ser adequadas lentamente, ter-se-ia, inevitavelmente, um aparelho produtivo interno deformado.

A impossibilidade de uma revolução democrática-burguesa como dito anteriormente indicava uma via não-radical para o avanço do capitalismo no subcontinente, uma via reacionária oligárquica-dependente. Objetivada na aliança entre o latifúndio e o capital estrangeiro. Tardio seria a implantação do modo de produção capitalista, atuando majoritariamente sob a forma de capital monopolista. O autor alega a subserviência das classes, vinculadas ao setor agrário, aos moldes instituídos internacionalmente pela *Divisão Imperialista do Trabalho*. O sistema capitalista não mais se moveria sob a ótica da livre concorrência, dos pequenos capitais em uma disputa pelo crescimento de seus rendimentos na conquista de novos mercados, mas sim, pela fase imperialista, assumiria uma nova dinâmica, que na forma de potência já se fazia presente nas relações anteriores, a do capital monopolista, mediante os ininterruptos processos de concentração e centralização de capital. O bloco monopolista, como denomina, seria composto pelo capital imperialista, burguesia monopolista nativa e a tecnoburocracia civil e militar. É a *Divisão Internacional do Trabalho* elevada ao seu máximo vigor e o capital imperialista na busca de áreas onde obtenha superlucros. Nos momentos de crise, ao invés de se desenvolver o modo de produção capitalista nos países dependentes, devido a um possível *afrouxamento de sua dependência*, alega Cueva que, pelo contrário, a tendência posta na dinâmica internacional é a transferência de todas as turbulências econômicas, à custa de medidas de austeridade para os povos subalternos.

Somente com o avanço da indústria na América Latina no início do século XX, avanço que em grande medida figura-se pelo controle do capital imperialista em setores estratégicos de cada país, puderam se expandir as ilhas capitalistas numa magnitude até então não experimentada. O

advento da indústria forceja, assim, a alterações nas relações de trabalho e a ampliação do contingente de regimes de trabalho na forma salarial. Para o autor o nível salarial não nivela sobre a base do valor da força de trabalho nas áreas pré-capitalistas da América Latina, mas pelo valor nos países europeus. Neste ponto, retoma novamente a sua crítica ao Ruy Mauro Marini e a sua tese da superexploração do trabalho. Para Agustín Cueva a categoria da superexploração do trabalho não passava de uma categoria de cunho moral. Já em 1973 alegava que a categoria da superexploração do trabalho poderia enunciar-se com um nome clássico: o processo de pauperização, por isso era dispensável à compreensão das condições de trabalho na região.

Todos estes elementos configuram o que para Agustín Cueva se denomina como a forma de desenvolvimento assumida pelo capitalismo na América Latina. Ao invés do que alega Ruy Mauro Marini, em sua tese do *capitalismo sui generis*, constata e apresenta Cueva uma nova interpretação à dinâmica social hegemônica. Afirma a existência de um *capitalismo tout court*.

A forma de desenvolvimento capitalista nos moldes tout court, segundo afirma o autor, representa apenas que as leis que regem o modo de produção capitalista em geral não se alteram, nem se especificam a ponto de proporcionar qualitativamente diferenças que, por sua vez, permitiriam a formulação de leis específicas para os países de capitalismo dependente. Não se trata de abdicar da particularidade local, mas de condicioná-la, totalmente subserviente, à dinâmica internacional do modo de produção capitalista. Em outros termos, caberia às nossas formações sociais, mesmo que inseridas no processo de acumulação global pelas frações de classe nativas, atuantes no bloco monopolista, uma condição subalterna, adequada, sempre que necessário aos interesses do grande capital.

CONCLUSÃO

A heterogeneidade de nossas formações sociais implica ao investigador uma astúcia e precisão metodológica que sem a qual cairá em becos sem saída, no campo da interpretação. O que o conduziria à possibilidade de deturpar o real, seja pela adequação dos processos objetivos a categorias que aqui não se adéquam ou a elaboração de conceitos e categorias que ao invés de desvelar o existente, mistifica-o. Ambos os autores movidos por esse ímpeto traçam distintas concepções sobre a realidade da América Latina.

Tanto o capitalismo *tout court*, enunciado por Agustín Cueva, como o capitalismo *sui generis* de Ruy Mauro Marini necessitam ser investigados para além dessas linhas que sumariamente apresentam neste trabalho. Estudar a América Latina, o capitalismo dependente que aqui se desenvolve significa avançar no campo estratégico e tático das lutas de sua classe trabalhadora. Ao expor o fundamento ontológico dessas sociedades, as forma arregimentadas pelo capital em sua crescente e ininterrupta extração de mais-valor, o seu papel na economia internacional e o nível de sua submissão e controle do capital-imperialismo, garante os elementos teóricos para que as organizações revolucionárias avancem em sua organização. Este foi o papel assumido pelo debate da dependência nas décadas de 1960 e 1970; nos mais diversos países latino-americanos e que ainda se faz necessário, dado o que representou o desenvolvimento do capitalismo nas últimas décadas para essas sociedades, mais especificamente, sobre as classes exploradas, em seu conjunto de contradições e formas de controle ideológico e repressão.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- BAMBIRRA, Vania. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1972.
- _____. **Diez años de insurrección en América Latina**. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1971.
- _____. **La Revolución Cubana: una reinterpretación**. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1973.
- _____. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. Ciudad de México: Era, 1977.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos do pensamento na CEPAL: uma resenha**. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos do pensamento na CEPAL**, v.1. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CUEVA, Agustín. **El desarrollo del capitalismo en América Latina**, México, Siglo XXI, 1977.
- _____. **Entre la ira y la esperanza**. Quito, 1967.
- _____. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 1987.
- _____. Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia. In: **Historia y Sociedad**. México, 1974.
- _____. **Teoría social y procesos políticos en América Latina**. México: UNAM, 1979.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LÖWY, Michael. Notas sobre a recepção do marxismo na América Latina. *In*: BARSOTTI, P. e PERICÁS, L. B. (org.) **América Latina: história, idéias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998.

MARINI, Ruy Mauro. A crise do desenvolvimentismo. *In*: **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. Subdesenvolvimento e Revolução. *In*: BARSOTTI, P. e PERICÁS, L. B. (org.) **América Latina: história, idéias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. Dialética da Dependência. *In*: TRASPADINI, R. & STÉDILE, J. P. (org.) **Ruy Mauro: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MOFFITT, Michael. **O dinheiro do mundo**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **A trajetória de Agustín Cueva**. Estudos Avançados [online], vol.6, nº16, São Paulo: Sept./Dec. 1992.

SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y dependência**. Ciudad de México: ERA, 1978.